

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I — CIBERDIREITO: UM CAMPO EM BUSCA DE IDENTIDADE	19
1. Uma proposta de abordagem transdisciplinar ao Ciberdireito	21
2. Sociedade da informação, sociedade em rede, sociedade digital, sociedade de vigilância: um novo paradigma social?	27
3. Um novo paradigma do direito e da regulação?	35
4. Do Direito da Informática ao Ciberdireito	43
PARTE II — LIBERDADES E DIREITOS NA ERA DIGITAL	51
1. Da sociedade industrial-liberal à sociedade digital: a evolução dos direitos	53
2. Da liberdade de informação aos direitos sobre a informação	57
3. O estatuto da informação	65
3.1. Liberdade de informação e propriedade intelectual	65
3.2. A questão da propriedade sobre a informação	68
4. A proteção dos programas de computador (<i>software</i>) pelo direito de autor	75
4.1. Génese e fundamentos	75
4.2. Conceito de programa de computador	78
4.3. Autoria de programas de computador	79
4.4. Limites dos poderes do autor	80
4.5. A internacionalização do direito de autor sobre o <i>software</i>	83

5.	A proteção dos programas de computador pelo regime de patentes	85
6.	A proteção jurídica de bases de dados	89
6.1.	Um direito dos dados?	89
6.2.	Motivações da proteção das bases de dados	93
6.3.	Definição de bases de dados	94
6.4.	Direito de autor e direito <i>sui generis</i> sobre bases de dados	95
6.5.	As exceções ao direito de autor e ao direito <i>sui generis</i>	98
6.6.	Duração e âmbito geográfico da proteção	100
6.7.	Jurisprudência europeia relativa ao direito <i>sui generis</i>	100
6.8.	Avaliação de impacto da Diretiva e sua eventual revisão	109
6.9.	A internacionalização do direito europeu sobre as bases de dados	112
7.	Governança dos dados: novos equilíbrios na economia dos dados	115
8.	A propriedade intelectual na Internet	121
8.1.	Tradição e inovação na proteção dos direitos de autor na Internet	121
8.2.	A política da União Europeia em matéria de proteção da propriedade intelectual no ciberespaço	123
8.3.	O regime europeu da propriedade intelectual na Internet	127
a)	Aspetos gerais	127
b)	Adaptação dos conceitos de reprodução e de comunicação	127
c)	As exceções aos direitos do autor	129
d)	Obrigações em relação a medidas de carácter tecnológico e a informações sobre a gestão dos direitos	132
9.	Novos desafios: motores de busca, <i>download</i> de obras protegidas, criação e distribuição partilhadas	133
9.1.	Introdução	133
9.2.	Motores de busca	136
9.3.	<i>Download</i> e <i>upload</i> de obras protegidas	139
9.4.	Responsabilidades dos prestadores de serviços de informação (ISP)	143
9.5.	Criação e distribuição partilhadas	146
9.6.	A procura de respostas aos novos desafios do direito de autor	149
9.7.	A Diretiva (UE) 2019/790 relativa aos direitos de autor e aos direitos conexos no mercado único digital	153
10.	Liberdade de informação e proteção de dados pessoais	161
10.1.	Introdução	161

10.2. Liberdade de informação, reserva da intimidade da vida privada e proteção de dados pessoais	164
10.3. A Convenção 108 do Conselho da Europa	168
a) Introdução	168
b) Âmbito da proteção. O conceito de dados pessoais. Os dados sensíveis.	169
c) Garantias funcionais	170
d) Direitos individuais	171
e) Garantias institucionais	172
f) Fluxos transfronteiras de dados pessoais	172
g) Exceções aos princípios gerais	173
h) Regimes específicos de determinadas categorias de dados e sectores de atividade	174
i) A “modernização” da Convenção 108	178
10.4. A proteção dos dados pessoais no quadro do Mercado Interno Europeu: da Diretiva 95/46/CE ao Regulamento (UE) 2016/679	181
a) Fundamentos e objetivos	181
b) A Diretiva 95/46/CE: princípios e exceções	182
c) Direitos dos titulares dos dados	184
d) Autoridades de supervisão e controlo	185
e) Fluxos transfronteiras de dados pessoais	186
f) Liberdade económica e proteção dos dados pessoais: um equilíbrio instável	189
10.5. A reforma da proteção de dados pessoais na UE: o Regulamento (UE) 2016/679 — Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	191
a) Introdução	191
b) Princípios da proteção de dados pessoais	196
c) O novo modelo de <i>enforcement</i> da proteção dos dados: a abordagem baseada no risco	198
d) A avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD)	202
e) A notificação das violações da proteção de dados	206
f) Autodefesa pelos titulares dos dados pessoais: o direito a ser esquecido	207
g) Relações da UE com países terceiros	210
h) Tendências da jurisprudência: a questão da aplicação extraterritorial do direito europeu da proteção de dados	215

i)	Novos equilíbrios de poder na apropriação e controlo dos dados: os desafios dos <i>big data</i>	220
j)	Desfasamento do direito em relação à tecnologia ou “law as technology”?	228
11.	A proteção de dados pessoais no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça	233
11.1.	Introdução	233
11.2.	A biometria como tecnologia de segurança: ameaça ou instrumento da realização de direitos fundamentais?	238
11.3.	Retenção de dados: uma questão polémica	241
11.4.	A luta contra o terrorismo e a transferência de dados pessoais de passageiros aéreos (PNR)	249
11.5.	As Diretivas (UE) 2016/680 e (UE) 2016/681 (PNR)	252
11.6.	Segurança e direitos fundamentais: valores conciliáveis?	261
PARTE III — REGULAÇÃO, AUTORREGULAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO		269
1.	Introdução: liberdade ou regulação do ciberespaço?	271
2.	Modelos de regulação da Internet	279
3.	A regulação do ciberespaço na União Europeia: fundamentos políticos e jurídicos	287
4.	Da Diretiva Comércio Eletrónico aos Regulamentos dos Serviços Digitais, dos Mercados Digitais e da Inteligência Artificial	293
4.1.	A Diretiva Comércio Eletrónico	293
4.2.	A regulação dos conteúdos ilícitos e nocivos: desenvolvimentos na UE e nos EUA	298
a)	Na UE	298
b)	Nos EUA	306
4.3.	Plataformas digitais: desafios económicos, sociais e políticos	312
4.4.	O Regulamento dos Serviços Digitais: responsabilizar os intermediários, sobretudo, as plataformas em linha e os motores de pesquisa de muito grande dimensão	325
4.5.	O Regulamento dos Mercados Digitais: um quadro de proibições e de obrigações específicas dos controladores de acesso	340
4.6.	Regular os sistemas e aplicações de inteligência artificial	354
a)	Complexidade, opacidade, perigosidade	354

b) Entre princípios éticos e regulação jurídica	362
c) O Regulamento da UE sobre inteligência artificial	376
5. “Due diligence”, avaliação de risco, avaliação de impacto ético e a questão da aplicabilidade dos direitos humanos a entidades privadas	391
6. Regulação do ciberespaço: entre regulação pública, regulação privada e correção	401